



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE

Identificação: CIDADES B1

Data: 06/11/2012

# Judiciário traz magistrados a Aracaju

Encontro nacional reúne na capital sergipana ministros, presidentes de TJ's e conselheiros do CNJ

A presença de ministros, presidentes dos Tribunais de Justiça de vários Estados, conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre outras autoridades da magistratura brasileira que se reúnem até esta terça-feira no VI Encontro Nacional do Judiciário, está movimentando Aracaju. O evento acontece no auditório do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) e foi aberto pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto.

“É o CNJ que está patrocinando e organizando esse grande encontro com cerca de 91 Tribunais Superiores. Aqui estarão chefes do Poder Judiciário, inclusive dos Tribunais Superiores, corregedores, a exemplo do Corregedor Nacional de Justiça, além de juízes de todo Brasil. Sergipe tem condições de receber e está recebendo de braços abertos toda magistratura brasileira”, declarou Ayres Britto, ao ser abordado pela imprensa na entrada do TJSE.

Segundo ele, um dos eixos temáticos do encontro será o combate à corrupção. “Tem que se analisar esse tema nas suas pautas de julgamento nos tribunais, sociedades judiciais ou nos processos que tramitam em primeira instância, a exemplo de processos abertos por ação de improbidade administrativa”, declarou o ministro do STF, ao ressaltar que a prioridade no combate à corrupção é da própria constituição no Artigo 37, parágrafo quatro, “que prioriza o combate àqueles que causam prejuízo ao erário por motivo de improbidade, ou no campo penal por corrupção”, concluiu.

Ayres Britto se reúne com a imprensa em uma coletiva que

está prevista para esta terça-feira. O secretário Geral do CNJ, Francisco Alves Junior, disse que a realização do VI Encontro Nacional do Judiciário em Sergipe é um reconhecimento do CNJ a todos os seguimentos do judiciário que estão sediados no Estado. “É muito importante para Aracaju esse encontro porque é um reconhecimento do Tribunal de Justiça e de todo Poder Judiciário. Estão sediados em Sergipe o Tribunal Regional do Trabalho (TRT-20) TRE Sergipe, Sessão Judiciária da Justiça Federal, então é todo um reconhecimento do zelo e da dedicação do trabalho realizado por todos esses seguimentos”, declarou.

Segundo ele, a pauta do encontro está bem diversificada “e bastante interessante. Envolve temas de comunicação, gestão, planejamento, combate à corrupção, entre outros. Acho que vai ser muito produtivo, primeiro pela percepção imediata da sociedade de que o Judiciário vem se esforçando para cumprir bem seu papel nessas áreas”, frisou. Para o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, que também marcou presença na abertura do encontro, é seja pensado como uma unidade.

“A Justiça é uma só no Brasil inteiro, ela precisa cada vez mais de uma voz, um comando que possa unificar suas ações, racionalizar os procedimentos, cada vez mais incutir no gestor a profissionalização do que toca a gestão para que o foco maior da justiça seja a solução das demandas, e não a questão pessoal, orçamentária. É importante, mas é necessário que se dê ênfase, cada vez mais à administração dos processos, para que tenha efetividade



Jadilson Simões

**COMBATE** à corrupção é um dos temas do VI Encontro Nacional do Judiciário, que acontece em Aracaju

o princípio da razoável duração do processo, já que o cidadão é diretamente atingido pela demora dos julgamentos”, afirmou.

Para ele, não se pode falar em Justiça sem falar na magistratura, no Ministério Público e na Advocacia. “A nossa presença nesse evento é mais que simbólica, ela representa a nossa integração dentro desse fenômeno judicante. Temos diferenças, às vezes divergências, mas que não podem, em

momento algum, prejudicar a participação da advocacia na Justiça até porque, e sobretudo, não haveria Justiça sem que houvesse uma advocacia livre, independente que pudesse pleitear, ativar a jurisdição como é o papel do advogado, para que a Justiça funcionasse. Ou seja, nós somos a voz do cidadão junto a justiça”, disse.

Membros do Judiciário sergipano, do Ministério Público Estadual, OAB Seccional Sergipe,

o prefeito Edivado Nogueira, entre outras autoridades participaram da abertura do VI Encontro Nacional. O evento reúne os presidentes dos 91 tribunais do País e os conselheiros do CNJ, com o objetivo de definir ações prioritárias para aprimorar a gestão nos tribunais e garantir melhor atendimento aos cidadãos. O ministro do STF e futuro presidente do órgão e do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, também participará do encontro.

## Encontro

Realizado anualmente sob a coordenação do CNJ, os encontros nacionais do Judiciário buscam avaliar a Estratégia Nacional estabelecida para a Justiça e divulgar o desempenho dos tribunais no cumprimento de projetos e metas nacionais. Este ano, os dirigentes das Cortes vão discutir as metas traçadas para 2013 e devem fixar novos objetivos voltados ao planejamento de comunicação e ao combate à improbidade administrativa e à corrupção.

Em sua sexta edição, o encontro deste ano contará, pela primeira vez, com participantes que não integram o mundo jurídico. Hoje, segundo dia do evento, quatro palestrantes trarão uma visão externa sobre os desafios da Justiça brasileira. O empresário Jorge Gerdau e o secretário de ações estratégicas da Presidência da República, Ricardo Paes de Barros, vão participar do painel “o olhar do administrador” a partir das 10h30. Já a jornalista Eliane Cantanhêde e o advogado e professor da UERJ Gustavo Binenbojm apresentarão “o olhar da sociedade”, às 11h40.

Outra inovação do evento deste ano são as reuniões setoriais, divididas por ramo da Justiça (Estadual, Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar) em que os dirigentes do Judiciário poderão discutir questões específicas enfrentadas em cada segmento. Os conselheiros do CNJ participarão da coordenação desses grupos. Todas as propostas aprovadas nas discussões setoriais serão levadas à plenária final, quando os presidentes vão definir as metas a serem perseguidas pelo Judiciário nos próximos anos.